



A inflação e o Bacen: quem corre na frente?

Tornou-se quase um consenso a impressão de que o Banco Central (Bacen) aumentou a austeridade na política de juros desde setembro de 2002, quando a taxa básica estava em 18% a.a. A própria ata da reunião de fevereiro do Comitê de Política Monetária (Copom) reforçou tal impressão, ao justificar que a elevação da Selic para 26,5% se devia ao aumento da incerteza no cenário externo e à pressão adicional sobre os preços administrados, como combustíveis e energia elétrica. No entanto, dependendo de para onde se olhe, pode ser questionável o quanto há de real aperto monetário por parte da política de juros.

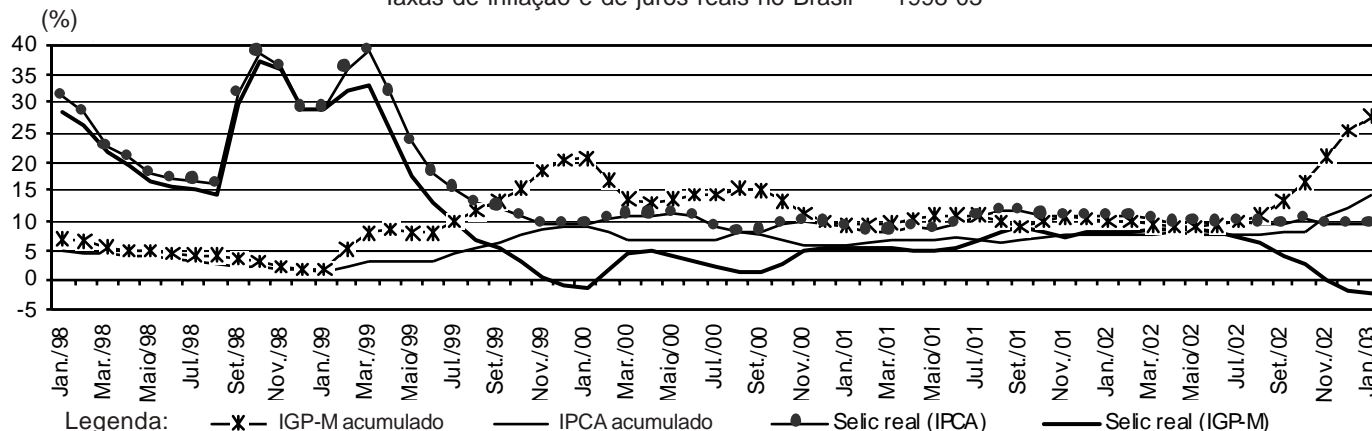
O gráfico abaixo apresenta a evolução da inflação acumulada em 12 meses, medida pelo IGP-M e pelo IPCA, junto com a taxa de juros básica, projetada ao ano e descontada pelos respectivos índices acumulados entre janeiro de 1998 e janeiro de 2003. A justaposição dessas trajetórias mostra a formação de dois *gaps*, simetricamente opostos, no início e no final do período. No primeiro, que contempla a forte desvalorização do real em 1999, é visível a permanência num regime de juros reais muito elevados, independentemente de qual dos dois índices de inflação se utilize. No segundo, que começou a se formar em setembro de 2002 e que também contempla uma significativa desvalorização do real, é nítida a trajetória descendente do juro real em termos do IGP-M (sendo que esse indicador de juros foi negativo em dezembro de 2002 e janeiro de 2003). Já o juro real em termos do IPCA — índice utilizado no Programa de Metas de Inflação (PMI) — se mantém constante, embora o IPCA ingresse numa trajetória pronunciadamente ascendente. Ao se olhar para as trajetórias desses quatro indicadores a partir de setembro, passa a ser questionável a afirmação de que a política de juros seja a expressão da austeridade no combate à inflação.

Em defesa do Bacen, que afirma estar atento às pressões infla-

cionárias, poder-se-ia dizer que este está sendo *forward looking* e não *backward looking*. Assim, ele estaria olhando para a inflação esperada para os próximos 12 meses e não para os 12 meses passados. Além disso, estaria prevendo uma queda na inflação projetada. Esse argumento remete ao padrão de formação de expectativas dos agentes relevantes para o comportamento da inflação. Obviamente, o que importa é o padrão de formação de expectativas quanto ao futuro. Daí a dizer que o passado recente tem pouca importância para os formadores de preço é uma conclusão apressada. É bastante razoável aceitar a idéia de que as observações do passado recente ganham importância quando a volatilidade dos erros de previsão e o grau de incerteza quanto ao futuro aumentam.

Aplicando a macroeconomia das expectativas à política recente do Bacen, pode ser questionável e temerário não praticar juros reais mais elevados no momento atual, utilizando-se do argumento de que há uma previsão de trajetória descendente para a inflação. Com base nos IPCAs de março a junho de 2002 e frente às atuais expectativas para o índice até junho de 2003, é bem provável que se chegue ao final do primeiro semestre com uma inflação acumulada em 12 meses que será mais do que o dobro da meta de inflação, já reajustada para 8,5% a.a. Neste momento, mesmo que se insista numa projeção descendente para uma previsão de 12 ou 24 meses, como muitas vezes o Bacen emprega, é pouco provável que se consigam reverter expectativas pessimistas quanto à trajetória da inflação apenas recorrendo a elevações marginais na taxa de juros nominal. Se não houver um choque positivo nas expectativas, o que poderia vir com uma melhora inesperada no cenário externo e um avanço rápido no ritmo das reformas, aumentará a probabilidade de que esse choque tenha que ser dado pelo próprio Bacen.

Taxas de inflação e de juros reais no Brasil — 1998-03



Retração nas vendas no comércio varejista, no RS

O comércio varejista gaúcho encerrou o ano 2002 com retração de 2,8% em suas vendas. Dos nove segmentos pesquisados, quatro apresentaram desempenhos inferiores aos observados no ano anterior: Automóveis, motos, peças e acessórios (-10,8%), Hipermercados e supermercados (-3,2%), Combustíveis e lubrificantes (-5,8%) e Material de construção (-0,1%). Vale lembrar que os três primeiros segmentos citados anteriormente representam 57,0% das vendas totais, sendo suas participações de 19,5%, 18,6% e 18,9% respectivamente, influenciando fortemente o resultado geral da atividade. Dentre os segmentos que apresentaram desempenhos positivos em 2002, destacam-se Produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos, que encerrou o ano com um crescimento de 3,0%, e Demais artigos de uso pessoal e doméstico, com uma expansão de 1,6%.

A retração das vendas no comércio varejista gaúcho foi generalizada nas três regiões pesquisadas: Porto Alegre (-5,2%), RMPA (-3,9%) e Interior (-1,8%). Nessas regiões, foi também o segmento Automóveis, motos, peças e acessórios o que apresentou o pior desempenho: -16,0%, -13,6% e -8,3% respectivamente.

Taxas anuais de crescimento do comércio varejista
por regiões e no RS — 2000-02

ANOS	POA	RMPA	RNMPA	RS
2000	8,9	11,4	4,7	8,0
2001	3,1	4,7	5,6	5,1
2002	-5,2	-3,9	-1,8	-2,8

FONTE: FEE.

Jorge Accurso (FEE/CIE)

Retomada do crescimento da produção industrial gaúcha em 2002

Em 2002, a produção física da indústria do RS alcançou a expressiva taxa de crescimento de 4,0%, refletindo o bom desempenho observado em grande parte dos gêneros industriais, sobretudo naqueles vinculados à agroindústria. Na comparação com os outros estados pesquisados pelo IBGE, o setor industrial gaúcho atingiu o terceiro melhor resultado, perdendo apenas para o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, cujas elevadas taxas de expansão são explicadas pela performance favorável da indústria extrativa.

Uma análise mais desagregada dos índices do IBGE permite observar que a atividade industrial foi fortemente influenciada pela evolução da produção de colheitadeiras agrícolas e de ônibus, reboques e semi-reboques, produtos integrantes dos gêneros mecânica (18,4%), material de transporte (9,2%) e metalúrgica (4,0%). Além destes, deve-se destacar o comportamento do gênero fumo, com taxa de crescimento anual de 33,6%, em virtude dos avanços no beneficiamento e na exportação do fumo em folha.

Esses gêneros poderão repetir o bom desempenho nos primeiros meses de 2003, beneficiados pela continuação do apoio à reno-

vação do parque de máquinas agrícolas, através do Moderfrota, e pela expansão das exportações desses produtos.

Taxas de crescimento da produção industrial geral e de gêneros
industriais selecionados no RS — jan.-dez./02

CLASSES E GÊNEROS	ACUMULADO JAN-DEZ
Indústria geral	4,00
Metalúrgica	4,04
Mecânica	18,36
Material de transporte	9,24
Fumo	33,65

FONTE: FEE.

Maria Lucrecia Calandro (FEE/NEI)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.tche.br

Carta
de
Conjuntura FEE

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./93-jan./03

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTI- MENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01= = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./93	4,9	18,7	-	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,9	21,6	-	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,2	20,2	-	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,7	21,0	-	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,3	22,2	-	5,2	40,9	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,1	21,2	-	1,7	39,4	99,1	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,8	19,6	-	8,9	19,0	115,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,4	20,3	-	6,0	16,5	109,6	-5,4	127,9	0,4	46 304
Jan./01	-	-	-	5,9	15,8	111,0	-1,6	100,0	-21,8	46 459
Fev./01	-	-	-	6,3	15,3	112,2	1,8	95,4	-4,6	44 300
Mar./01	4,1	20,1	-	6,4	15,3	114,4	5,7	96,2	0,9	43 306
Abr./01	-	-	-	6,6	15,8	117,9	7,8	95,5	-0,8	43 543
Mai./01	-	-	-	7,0	16,3	124,9	12,2	95,7	0,2	43 636
Jun./01	3,6	19,9	-	7,4	16,8	125,0	12,9	95,9	0,2	43 936
Jul./01	-	-	-	7,1	18,3	126,2	17,9	96,5	0,6	45 004
Ago./01	-	-	-	6,4	19,0	128,8	24,2	94,5	-2,1	45 010
Set./01	2,6	19,8	-	6,5	19,0	137,1	31,7	93,3	-1,2	45 133
Out./01	-	-	12,2	7,2	19,0	135,6	28,5	92,2	-1,3	45 430
Nov./01	-	-	11,9	7,6	19,0	123,6	13,3	104,0	12,9	45 587
Dez./01	1,4	19,2	10,8	7,7	19,0	114,1	4,1	130,3	25,3	52 846
Jan./02	-	-	11,1	7,6	19,0	109,5	-1,4	99,6	-23,6	52 298
Fev./02	-	-	12,6	7,5	19,0	106,7	-4,9	94,9	-4,7	50 056
Mar./02	0,3	18,7	12,9	7,7	18,8	103,2	-9,8	94,7	-0,2	49 371
Abr./02	-	-	12,5	8,0	18,5	102,2	-13,3	95,0	0,3	48 598
Mai./02	-	-	11,9	7,8	18,5	108,5	-13,1	95,9	0,9	49 265
Jun./02	0,1	18,6	11,6	7,7	18,5	117,3	-6,2	94,5	-1,5	50 577
Jul./02	-	-	11,9	7,5	18,5	125,7	-0,4	95,2	0,7	54 220
Ago./02	-	-	11,7	7,5	18,0	129,3	0,4	93,6	-1,7	56 266
Set./02	0,5	-	11,5	7,9	18,0	136,1	-2,5	92,2	-1,4	58 165
Out./02	-	-	11,2	8,4	21,0	144,1	6,3	92,0	-0,2	60 607
Nov./02	-	-	10,9	10,9	22,0	127,2	2,9	101,9	10,8	61 344
Dez./02	-	-	10,5	12,5	25,0	-	-	121,9	19,6	69 901
Jan./03	1,5	-	-	14,5	25,5	-	-	-	-	68 886

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./93	97,13	7,5	-	(8)77	8,1	25,1	-0,14	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(8)80	12,3	28,7	-0,31	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(8)83	6,8	51,1	-2,55	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(8)82	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(8)84	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	(8)82	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	(8)81	-6,1	-14,9	-4,72	5,33	-0,60	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,02	5,44	-1,42	33 011	236 156
Jan./01	-3,62	48,9	119,22	7,2	0,3	82,1	15,8	17,3	-4,29	5,26	-0,97	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	115,03	6,2	-1,2	-	13,7	14,8	-4,44	5,20	-0,76	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,49	6,5	9,2	-	13,6	15,4	-4,61	5,23	-0,62	34 407	220 563
Abr./01	-3,90	50,4	122,60	6,8	-5,9	83,9	13,6	15,9	-4,55	5,40	-0,85	34 653	...
Maió/01	-3,79	51,9	132,99	6,6	6,9	-	12,7	15,9	-4,70	5,53	-0,82	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,88	5,9	-2,5	-	11,9	15,9	-4,73	5,21	-0,48	37 318	224 015
Jul./01	-4,05	52,8	132,38	5,4	3,5	80,9	9,9	13,9	-4,94	4,81	0,13	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	136,23	4,7	2,5	-	7,8	11,2	-4,95	4,68	0,27	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,39	4,2	-5,3	-	6,8	8,0	-4,90	4,74	0,17	40 054	232 425
Out./01	-3,95	54,4	132,22	3,3	2,1	79,8	6,8	5,8	-4,79	4,67	0,13	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,1	128,43	2,7	-1,7	-	6,2	3,5	-4,69	4,06	0,63	37 234	228 603
Dez./01	-3,67	52,6	112,54	1,6	-10,7	-	5,7	0,1	-4,55	4,40	0,15	35 866	226 067
Jan./02	-3,64	55,1	117,81	0,6	6,3	79,5	2,6	-4,6	-4,37	4,41	-0,04	36 167	225 582
Fev./02	-3,61	54,7	113,59	0,4	-1,0	-	2,0	-5,6	-4,28	4,42	-0,15	35 906	225 348
Mar./02	-3,33	54,6	127,75	-0,6	8,2	-	-0,9	-10,3	-4,00	4,53	-0,53	36 721	226 962
Abr./02	-3,37	54,6	130,15	-0,6	1,2	79,1	-1,8	-11,2	-3,96	4,56	-0,60	33 008	224 695
Maió/02	-3,29	55,7	131,75	-1,1	-0,2	-	-4,0	-14,5	-3,94	4,49	-0,55	32 889	225 088
Jun./02	-3,43	58,1	127,77	-0,9	-2,1	-	-5,9	-17,0	-3,80	4,61	-0,82	41 999	235 815
Jul./02	-3,51	62,1	136,63	-0,8	6,2	79,0	-3,7	-16,7	-3,52	4,33	-0,81	39 060	231 955
Ago./02	-3,49	58,2	137,38	-0,7	0,8	-	-4,0	-17,8	-3,24	4,26	-1,01	37 643	228 723
Set./02	-3,92	63,6	134,28	-0,1	-2,5	-	-1,0	-16,8	-2,82	4,24	-1,42	38 381	229 228
Out./02	-4,12	58,4	143,90	0,9	5,1	80,1	0,9	-17,0	-2,33	4,26	-1,93	35 855	227 273
Nov./02	-4,12	56,4	134,38	1,4	-5,5	-	1,7	-16,5	-2,05	4,07	-2,02	35 592	225 305
Dez./02	-3,92	55,9	118,76	2,4	-	-	3,8	-14,5	-1,70	3,63	-1,93	37 823	-
Jan./03	-4,08	55,9	-	-	-	80,8	6,3	-12,9	-1,41	3,52	-2,10	38 772	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizada) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda, Reino Unido e Bélgica). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Média do ano.

Carta de Conjuntura - Ano 12 nº 3

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — out./00-mar./03

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Out./00	-	151,27	106,96	109,47	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,95	107,69	109,30	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,4	128,62	101,38	108,67	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,12	107,99	107,99	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,30	97,24	102,37	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	155,99	99,35	101,21	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,14	103,99	101,94	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai/01	-	154,69	97,67	100,99	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,61	96,49	100,20	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,08	98,44	99,93	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,23	99,06	99,81	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,17	95,94	99,40	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,26	98,68	99,33	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,43	96,26	99,05	291,4	116,1	56,8	540,7	123,37	565,12
Dez./01	3,1	125,70	97,73	98,95	361,3	143,3	77,9	658,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,02	100,70	100,70	244,8	102,1	84,8	512,0	126,11	576,45
Fev./02	-	130,65	102,64	101,66	282,5	155,3	59,1	572,7	126,20	577,21
Mar./02	-	153,31	98,29	100,38	245,8	108,3	49,7	479,4	127,22	576,94
Abr./02	-	168,70	110,88	103,21	310,3	138,6	64,1	595,5	128,28	577,39
Mai/02	-	163,55	105,73	103,75	295,5	120,0	54,2	550,0	128,89	577,12
Jun./02	-	151,80	102,84	103,60	294,0	122,2	66,2	569,4	129,68	577,79
Jul./02	-	157,24	104,07	103,67	292,3	130,5	66,3	569,6	131,05	593,97
Ago./02	-	153,02	97,95	102,91	313,1	125,6	64,4	587,3	131,95	603,19
Set./02	-	147,97	110,29	103,66	333,9	131,7	65,8	617,0	133,87	609,38
Out./02	-	161,56	108,24	104,13	328,5	126,0	56,6	598,3	136,58	615,62
Nov./02	-	149,62	105,05	104,21	380,1	144,4	59,2	669,7	142,78	630,81
Dez./02	1,8	126,57	100,69	103,96	480,5	174,8	99,5	843,6	145,85	644,09
Jan./03	-	-	-	-	461,2	128,5	96,2	771,9	149,37	654,01
Fev./03	-	-	-	-	-	-	-	-	150,73	664,31
Mar./03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	672,98

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — out./00-mar./03

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMEN- TOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTA- ÇÕES VALOR (US\$ 1 000)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Out./00	6 173	10,0	16,3	802	801	624 813	1 558 757	486 019
Nov./00	8 689	9,6	15,9	833	827	623 480	1 580 276	487 985
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	855	843	609 475	1 630 893	452 039
Jan./01	6 019	9,1	14,4	849	850	525 439	1 682 432	414 295
Fev./01	3 426	9,3	14,7	853	863	602 228	1 739 468	400 950
Mar./01	10 016	9,6	15,4	835	858	615 360	1 803 647	520 790
Abr./01	15 810	10,2	15,6	843	861	643 148	1 756 774	489 574
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	829	835	618 173	1 602 540	638 054
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	832	832	653 234	1 579 597	632 236
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	818	818	631 391	1 516 081	658 093
Ago./01	6 854	9,6	14,3	822	822	628 535	1 533 749	673 810
Set./01	7 532	9,8	14,5	839	847	607 149	1 510 227	569 020
Out./01	10 869	10,2	15,3	840	854	598 559	1 480 961	494 824
Nov./01	10 730	9,7	15,1	843	857	480 254	1 565 278	384 873
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	827	831	586 626	1 570 998	468 839
Jan./02	10 652	8,9	14,5	805	801	784 376	1 588 496	370 754
Fev./02	6 150	9,2	15,0	806	811	593 381	1 717 735	372 940
Mar./02	9 401	9,9	15,8	813	828	588 580	1 694 484	401 451
Abr./02	13 097	10,4	15,7	828	848	625 105	1 701 398	455 825
Mai/02	-6 787	10,7	16,0	832	842	646 439	1 642 984	561 499
Jun./02	-2 959	10,7	15,9	838	842	676 025	1 634 102	568 815
Jul./02	-6 283	10,3	15,9	851	847	652 067	1 567 947	827 555
Ago./02	-474	10,3	15,4	849	842	657 313	1 602 259	632 388
Set./02	10 392	10,4	15,5	853	841	636 816	1 572 812	561 132
Out./02	7 611	10,1	15,1	843	828	630 398	1 577 042	641 666
Nov./02	13 593	9,6	14,8	813	813	664 146	1 647 188	485 592
Dez./02	-11 705	9,1	14,2	797	790	631 508	1 648 850	495 828
Jan./03	-	9,1	14,3	-	-	528 405	1 676 207	449 010
Fev./03	-	-	-	-	-	589 875	1 766 382	-
Mar./03	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de dez./02. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 1991 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./98 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

RS atinge, em 2002, a marca de dois milhões de empregos formais

O Ministério do Trabalho e Emprego, através do Caged, que computa admissões e desligamentos no mercado formal, apurou uma variação positiva de 42.688 postos de trabalho no Rio Grande do Sul, de janeiro a dezembro de 2002. No agregado do Brasil, houve acréscimo de 762.414 empregos, destacando-se que todas as unidades da Federação registraram crescimento. Tomando-se como parâmetro o estoque de empregos da RAIS ao final de 2001 (procedimento aproximativo, dadas as diferenças metodológicas das duas bases de dados), estima-se em 2,2% a expansão do emprego gaúcho — que alcança, assim, o patamar de dois milhões de postos — e em 2,8% a do nacional.

Considerando-se as variações absolutas, destacaram-se positivamente, no Estado, o comércio varejista (10,9 mil postos), o comércio e administração de imóveis (4,1 mil) e a indústria de alimentos (3,9 mil); negativamente, a construção civil (-2,5 mil). Em termos relativos, os melhores resultados encontrar-se-iam nas indústrias mecânica (7,9%) e de material de transporte (7,1%) e no comércio atacadista (6,9%); os piores, na construção civil (-3,4%) e na indústria têxtil e do vestuário (-2,4%).

A indústria de calçados (o quarto maior em número de empregos dentre 26 subsectores de atividade, ao final de 2001) teve elevação de 1,3 mil postos em 2002 — bem menos expressiva do que a dos dois anos precedentes e percentualmente muito inferior à verificada no País (1,0% *versus* 5,2%). A indústria calçadista gaúcha representa mais da metade da nacional em número de empregos e tem forte vínculo com os mercados internacionais, tendo enfrentado retração de 11,1% em suas exportações, no ano passado.

Estoque de empregos em 31.12.01 e variação do emprego em 2002, por subsectores selecionados e total, no RS

SUBSETORES	ESTOQUE EM 31.12.01	VARIAÇÃO JAN-DEZ/02
Comércio varejista	283 201	10 914
Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos	127 319	4 081
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	91 721	3 917
Comércio atacadista	51 547	3 582
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	150 838	3 491
Indústria mecânica	39 078	3 077
Transportes e comunicações	97 553	2 344
Indústria do material de transporte	20 875	1 474
Indústria de calçados	129 591	1 337
Administração pública direta e autárquica	380 397	-162
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	26 313	-635
Construção civil	73 246	-2 477
Demais subsectores	510 746	11 745
TOTAL	1 982 425	42 688

FONTE: MTE (RAIS e Caged).

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho (FEE/NET)

Mortes violentas nas capitais e no Distrito Federal

A violência a que está submetida a população brasileira tem sido um tema constante nos diferentes veículos de comunicação. Recentemente, o Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, divulgou, via *internet*, os dados relativos aos diversos tipos de delitos que ocorrem nas 26 capitais e no Distrito Federal, para o período 1999-01.

Tomando-se os valores relativos a mortes violentas, que agregam todos os delitos com vítima fatal registrados e informados à Secretaria Nacional de Segurança, constata-se que não são as grandes capitais que apresentam as maiores ocorrências. Utilizando-se o indicador de mortes violentas por 100 mil habitantes para o ano 2001, verifica-se o maior indicador em Vitória (123,6), seguido por Porto Velho (102,0), cidades com menos de 200 mil habitantes. Nas cidades com mais de um milhão de habitantes, aparecem Recife (83,8), seguida por Rio de Janeiro (67,6), Curitiba (63,8) e São Paulo (63,1). Porto Alegre ocupou a 13ª posição, com um indicador de 47,3.

Chama atenção, contudo, o incremento verificado nesse indicador em algumas capitais. Exemplo disso é observado em Florianópolis, capital com um dos menores indicadores em 2001 (27,2), mas que, no período 1999-01, apresentou um incremento de

91,5%, seguida por Goiânia, com um aumento de 50,1%. Por sua vez, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre apresentaram redução nesse indicador: -7,4%, -11,7% e -5,4 respectivamente.

Mortes violentas em capitais selecionadas — 2001

CAPITAIS	TAXA (1)	ORDEM	VARIAÇÃO % 1999-01
Vitória	123,6	1	-18,6
Porto Velho	102,0	2	-8,7
Recife	83,8	3	43,0
Rio de Janeiro	67,6	4	-7,4
Curitiba	63,8	5	24,1
São Paulo	63,1	6	-11,7
Porto Alegre	47,3	13	-5,4

FONTE: Ministério da Justiça.
(1) Taxa por 100.000 habitantes.

Marília Menegassi Velloso (FEE/NIS)

RS: é segundo na exportação do agronegócio

Entre 1997 e 2002, o agronegócio nacional teve contribuição estratégica na obtenção das divisas necessárias ao enfrentamento do desequilíbrio externo. Segundo dados do Ministério da Agricultura, cerca de 42% das exportações totais do País foram geradas pelo setor no período. O Rio Grande do Sul teve papel destacado, ocupando o segundo lugar entre os estados, com uma participação média de 17,8% nesses anos e de 17,3% em 2002.

A parcela do agronegócio nas exportações totais do Estado gira em torno de 68%, maior que a média do Brasil. A concentração da pauta também é maior no RS do que no País. Os cinco principais produtos (calçados, fumo, carnes, soja em grão e farelo de soja) representam cerca de 74% no RS e apenas 47% no Brasil, na média dos anos entre 1997 e 2002.

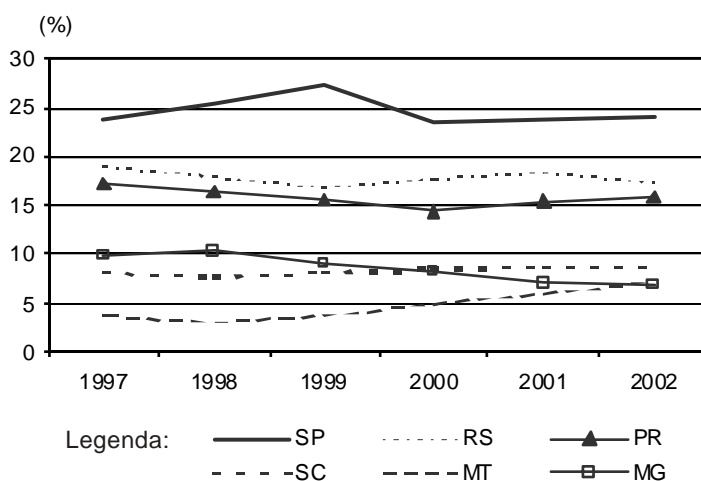
Ao contrário do País, que, durante o período de estudo, apresentou modificações na pauta dos cinco principais produtos exportados — sendo a mais importante a substituição do café pela soja como o principal item gerador de divisas —, o RS manteve a sua relativamente rígida, com os cinco primeiros produtos mantendo-se, basicamente, os mesmos entre 1997 e 2002.

A emergência da soja na pauta nacional confere ao produto grande importância no agronegócio brasileiro. O estado gaúcho, porém, tradicional exportador do grão, teve de enfrentar concorrência interna, notadamente do Mato Grosso e do Paraná. Durante o período, perdeu participação nas vendas externas da soja em grão, de 12,7% para 11,4%, e do farelo de soja, de 21,0% para 14,8%. Do mesmo modo, as carnes exportadas pelo RS caíram de 20,7% em 1997 para 16,7% das vendas nacionais em 2002, por causa da presença crescente de produtores do Paraná, de São Paulo e, principalmente, de Santa Catarina. Deve-se ressaltar que essas perdas de participação do RS refletem um aspecto estrutural e outro conjuntural. No primeiro, a expansão da soja no Centro-Oeste é irreversível em função da incorporação de novas áreas e com maior produtividade. No segundo, a retração das exportações de carnes refletiu a incidência da febre aftosa no Estado, bloqueando as vendas para o mercado externo, espaço ocupado por Santa Catarina. Debelada a doença, as exportações de carnes bovina e suína deverão crescer novamente.

Em meio a esse quadro, o RS conseguiu manter o segundo lugar, em função das exportações de calçados (85% das vendas nacionais no ano passado) e do fumo (88%), produtos que não sofrem significativa concorrência dos demais estados. Os dois produtos representaram cerca de 45% do valor exportado do agronegócio em 2002 pelo Estado.

Santa Catarina e Mato Grosso conseguiram aumentar suas participações graças às exportações de carnes, no primeiro caso, e de soja, no segundo. Os demais estados mantiveram suas posições, com exceção de Minas Gerais, onde ocorreu redução nas vendas de café. São Paulo manteve o primeiro lugar, com exportações baseadas no açúcar e no suco de laranja.

Participação dos estados selecionados nas exportações do agronegócio do Brasil — 1997-02



FONTE: Ministério da Agricultura.

Martinho Lazzari (FEE/NEA)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 07.03.03).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.500 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Jorge da Silva Accurso, Maria Isabel Herz da Jornada e Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail conjuntura@fee.tche.br

www.fee.tche.br

EDITORIAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camago Serafini, Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Alexander Gurgel Marques, Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Jairo dos Santos Raymundo e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vagas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.